

Projeto Echo-logic: os jovens perante as alterações climáticas

Estudo

“Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Este documento reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que seja feita das informações nele contidas”.



Co-funded by the
European Union



Índice

Introdução	3
I. Contexto 1. A juventude e a participação	5
II. Contexto 2. O sector social no debate ambiental.....	6
III. Objeto y focos do estudo	9
IV. Metodologia e principais alavancas do estudo	12
V. As barreiras que dificultam a participação	15
VI. Vias para o empoderamento da juventude	18
Conclusões.....	20
Notas	22
Bibliografia	23

Introdução

Este estudo de âmbito internacional constitui o principal resultado do Projeto EchoLogic, cujo objetivo é analisar as causas que geram a inação e o reduzido envolvimento dos jovens face às alterações climáticas. Procura recolher as perceções de instituições, organizações e dos próprios jovens, bem como identificar as barreiras que limitam a sua participação. Pretende também identificar as alavancas capazes de reverter esta situação, de modo a envolver ativamente a juventude na Agenda 2030, em particular no que diz respeito à sustentabilidade ambiental.

Em última instância, o objetivo é identificar os fatores que poderiam facilitar uma liderança juvenil mais ativa, na medida em que os jovens constituem o grupo social objetivamente mais interessado num futuro sustentável, bem como as barreiras que dificultam esse processo.

Este documento inicia-se com um conjunto de questões que contextualizam o tema e evidenciam as dificuldades da participação, assim como a situação organizativa dos setores sociais interessados nas alterações climáticas. Em seguida, são definidos os focos da investigação, bem como a metodologia e as alavancas de trabalho selecionadas. O texto prossegue com uma análise das barreiras que dificultam a participação e das vias para ativar o empoderamento juvenil.

As conclusões do estudo, apresentadas no final deste documento, constituem a base da Guia de Boas Práticas, com a qual se encerra o projeto.

A primeira medida, contudo, consistiu na articulação das equipas de trabalho — o *Green Team* — que deveria coordenar as atividades e, a partir daí, definir as orientações das tarefas e programar o desenvolvimento das ações planeadas.

O desenvolvimento do projeto, no qual a Fundación Espacio Público atuou como entidade coordenadora, exigiu a colaboração de parceiros que garantissem presença nos diferentes âmbitos de trabalho previstos.

Foram escolhidas como **PARCEIRAS** as seguintes organizações:

- [Generazione Zero \(Itália\)](#)
- [Aps rifai rete italiana facilitatori aree interne \(Itália\)](#)
- [Arte-Via Cooperativa Artística e Editorial, CRL \(Portugal\)](#)
- [Joves D'unió De Pagesos \(Catalunya\)](#)

- [Red Tree Making projects Coop](#) (Espanha)
- Display Connectors S.L. editora do jornal [PÚBLICO](#)

No entanto, dada a magnitude do desafio assumido, optou-se por ampliar o leque de contributos e contar com a colaboração de diversas associações de jovens ecologistas, o que permitiu enriquecer as atividades do projeto e, consequentemente, aprofundar o conhecimento sobre os desafios e as barreiras existentes à participação juvenil, objeto deste estudo:

- [Fridays for future](#)
- [Ecologistas en Acción](#)
- [Futuro Vegetal](#)
- [Fevecta](#)
- [Ideas en Guerra](#)
- [Alianza Verde](#)
- [Ecooo](#)
- [Florida Universitaria](#)
- Escola CiutaDana
- Comités locais de emergência y reconstrução

Os jovens desempenham um papel crucial na luta contra as alterações climáticas. Não são apenas o futuro, mas também uma força poderosa de transformação no presente. Eis algumas razões pelas quais a participação juvenil é tão importante:

- **São os mais afetados:** os jovens viverão durante mais tempo com as consequências das alterações climáticas, incluindo a subida do nível do mar, fenómenos climáticos extremos e a escassez de recursos.
- **São inovadores e criativos:** têm a capacidade de pensar de forma inovadora e de encontrar soluções criativas para os desafios colocados pelas alterações climáticas.
- **São mobilizadores:** possuem a capacidade de mobilizar outras pessoas e de criar consciência sobre a urgência da crise climática.

I. Contexto 1. A juventude e a participação

Como foi indicado, é necessário começar por questionar os fatores que definem o perímetro das barreiras que dificultam a participação da juventude. Respondê-las é a tarefa que se procura abordar ao longo deste estudo.

Será que um certo afastamento da juventude em relação à Agenda 2030 responde a uma maior exigência crítica quanto aos seus alcances limitados face à sobre-exploração dos recursos do planeta e à perda acelerada de biodiversidade? Ou, pelo contrário, deve-se à preponderância da cultura da imediatividade do consumo, potenciadas pelas redes, um vetor que obscurece ou apaga a necessidade de preservar o planeta a longo prazo? Ou será que, talvez, as estratégias estabelecidas até agora não conseguem aterrar na realidade e entram em contradição com as perspectivas concretas que definem os interesses e os posicionamentos dos jovens?

Enquanto o projeto era desenhado e concretizado, a realidade impunha a sua lei à agenda política. As secas, inundações e incêndios de última geração associados às alterações climáticas, os conflitos crescentes entre as perspectivas rurais e urbanas sobre a velocidade e a intensidade da transição ecológica, a necessidade de rever os padrões alimentares impostos pelo mercado, a desertificação e os movimentos migratórios... desenhavam, juntamente com muitos outros sintomas, uma realidade complexa que necessita de novos impulsos, novas estratégias didáticas e novas formas de liderança. E, ao mesmo tempo, profundas mudanças ideológicas faziam ressurgir padrões negacionistas que seduziam e captavam coletivos crescentes de jovens.

Esse contexto que, por um lado, impulsionava a participação pela magnitude das evidências da crise ambiental e, por outro, a inibia no meio de um ruído crescente que procurava obscurecer as previsões científicas, é a realidade em que a investigação se desenvolveu.

Esses vetores opostos obrigaram os participantes das equipas de trabalho a “pousar na terra” para afinar os argumentos que deveriam servir para ativar a intervenção dos jovens, ao mesmo tempo que ajudavam a denunciar e a pôr a descoberto as barreiras que a inibiam.

II. Contexto 2. O sector social no debate ambiental

O meio ambiente é um aspeto central e com um peso crescente nas sociedades atuais. Embora a luta contra as emissões de CO₂ e pela limpeza da atmosfera dos gases com efeito de estufa tenha começado como uma aspiração académica e social minoritária, os fenómenos relacionados com as alterações climáticas e a necessidade de uma transição verde aumentaram a sua incidência política, económica e social, até se converterem num setor analisado a partir de múltiplas perspetivas.

Os relatórios do Eurostat e de todas as agências estatísticas dos diversos países normalizaram os dados ambientais[1], que são desagregados e agrupados em cinco grandes áreas: a gestão de resíduos sólidos, a gestão de águas residuais, a proteção do ar, do clima e dos solos, a I&D ambiental e a proteção da biodiversidade e da paisagem.

O Valor Acrescentado Bruto gerado pelas atividades económicas relacionadas com o meio ambiente atingiu **2,51% do PIB da UE** em 2023. Em Espanha[2], essa contribuição foi ligeiramente superior, alcançando 2,65%, enquanto em Itália e Portugal se situava abaixo da média. Também as alterações na fiscalidade e o surgimento de impostos verdes fazem parte da informação disponível. As receitas provenientes de impostos verdes sobre os transportes e o meio ambiente já representam na UE 2% do PIB[3]. Entre os países do sul, principais objetos deste estudo, Itália (4%) e Portugal (3,2%) situam-se acima dessa média, enquanto a Espanha se mantém na média europeia.



Estes dados são exemplo da contribuição do tecido económico para o meio ambiente. Entre esses contribuintes, as grandes empresas energéticas que já dominam as energias verdes são acompanhadas por uma multidão de PME e microempresas de carácter regional e local dedicadas à reciclagem ou à proteção da biodiversidade. Entre elas, encontram-se numerosas cooperativas e outros atores da economia social, onde a presença de jovens é significativa, embora de difícil quantificação, por se tratar de um universo muito disperso por subsectores e pela presença territorial.

O mesmo acontece com a presença de associações, fundações e outras instituições ambientalistas onde se localiza a participação dos jovens. Embora as grandes ONG (Ecologistas en Acción, Greenpeace, Amigos de la Tierra e WWF) atuem como interlocutoras em fóruns globais e na negociação de leis junto das administrações públicas e dos governos, o movimento social pelo meio ambiente é muito mais amplo. As instituições registadas no MITECO (Ministério da Transição Ecológica)[4] como colaboradoras na educação e na divulgação dos efeitos das alterações climáticas incluem mais de 100 entidades: 35 empresas, 31 fundações e 35 ONG.

Nem esses números servem para descrever o dinamismo da participação juvenil, que responde à dialética “pensar globalmente, agir localmente”, a lógica que caracteriza e descreve a sua mobilização. Enquanto em Espanha o Registo Nacional de Associações inclui pouco mais de 100 entidades ambientalistas de âmbito nacional[5], os registos regionais revelam a verdadeira dimensão do movimento ambiental e mostram, precisamente, como a singularidade dos problemas de cada território transforma o espaço local na primeira opção organizativa da juventude.

Os registos regionais que permitem consultas online oferecem números muito eloquentes: Múrcia regista 1.218 associações dedicadas ao meio ambiente[6], Madrid 1.140, Astúrias 400 e a Andaluzia mais de 5.000. A partir destes dados, é fácil inferir que, em Espanha, cerca de 15.000 associações têm como razão de ser o combate aos efeitos das alterações climáticas e à degradação ambiental.

Fenómeno semelhante observa-se em Itália, onde o Registo Único Nacional do Terceiro Setor (RUNTS)[7], gerido pelo Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais para organizações sem fins lucrativos, indica que as associações de âmbito nacional ativas se

situam em torno de 100 (71 em 2018), enquanto as entidades equivalentes das 20 regiões, que incluem também as de âmbito local, ascendem a um total de 6.341, destacando-se a Lombardia com 1.047.

Os dados disponíveis de Portugal referem-se exclusivamente às associações de âmbito nacional que fazem parte da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, com 112 entidades registadas.

A conclusão é evidente. A singularidade dos problemas ambientais de cada comunidade transforma o espaço local na primeira opção organizativa da juventude. As grandes organizações e ONG servem para lhes dar visibilidade e facilitar a interlocução com as autoridades públicas e as grandes corporações privadas.

III. Objeto y focos do estudo

Essa dispersão organizativa, que é coerente com a forma como as sociedades do sul da Europa — as mais castigadas pelas alterações climáticas — sofrem as crises ecológicas, aconselhava a precisar os focos do estudo com o objetivo de avaliar melhor a participação das gerações jovens, facilitar a concretização das ações a desenvolver e a configuração de eventos e grupos de trabalho.

Procura-se, assim, tornar possível uma metodologia que facilite a obtenção do máximo de conclusões e recomendações, que constituem o objetivo final do projeto.

Os focos escolhidos foram agrupados em torno da expressão **“Jovens perante o diálogo rural-urbano na transição ambiental”**, que consideramos sintetizar adequadamente as preocupações identificadas que mais podem interessar à juventude de Espanha, Itália e Portugal.

Consideramos que essa perspetiva permite detetar os campos em que os jovens expressam o seu afastamento e as suas discordâncias em relação à Agenda 2030. São os seguintes:

1. Juventude urbana e hábitos alimentares.

A complexidade do momento atual e as mudanças de estilo de vida e de hábitos de consumo que lhe estão associadas obrigam a uma reeducação permanente do jovem consumidor. Por um lado, a edição genética já é uma prática habitual da agroindústria e produz, como resultado, produtos muito apelativos em termos de formas e cores. A globalização permite, além disso, que esses produtos estejam presentes no mercado de forma permanente, “fora de época”, segundo os critérios locais. Em paralelo, os produtos agrícolas biológicos são variados e heterogéneos, mas pouco atrativos do ponto de vista estético. Trata-se de verificar em que medida a educação da juventude em padrões de consumo ecológico e de proximidade pode contrariar a estética uniformizadora e a presença de produtos “fora de época” que caracteriza a lógica global dos mercados agroalimentares.

2. Ecologistas urbanos versus jovens agricultores.

Parece-nos uma tarefa essencial da Echo-Logic fomentar o diálogo entre jovens ecologistas urbanos — que, portanto, vivem em áreas de consumo (estudantes, trabalhadores) — e jovens agricultores, estejam ou não envolvidos na nova lógica da produção ecológica e da sustentabilidade económica das suas explorações. Para facilitar a troca positiva de exigências e perspectivas de uns e de outros, será organizado um diálogo entre jovens ativos que trabalham em explorações agrícolas e pecuárias de pequena ou média dimensão, bem como em cooperativas de produção agrícola, e jovens ativos centrados em cooperativas de consumo e em organizações ecologistas.



3. Conectar o presente e o futuro da produção agrícola.

Que gestão do território pode ser realizada sem população rural? Mais de dois terços dos agricultores irão reformar-se nos próximos anos. Como educar os jovens agricultores para que assumam o relevo? Procuraremos articular essa formação com a necessidade de fomentar e garantir a sustentabilidade de explorações agrícolas e pecuárias afastadas dos modelos mais intensivos da agroindústria, promovendo novas formas cooperativas e o impulso à ampliação da dimensão das existentes, favorecendo soluções de proximidade e avanços na cadeia de valor alimentar. Pretende-se igualmente incorporar nos debates a velocidade adequada da transição ecológica.

4. **Balanço de zonas críticas.**

Pretendem-se debates entre jovens ecologistas especialistas que nos permitam recolher experiências de intervenções realizadas em zonas críticas, onde se evidenciam os deterioros mais severos da biodiversidade dos ecossistemas. Inicialmente, pensámos centrar-nos no Mar Menor, no levante espanhol, mas, infelizmente, a catástrofe provocada pela DANA de Valência, em outubro de 2024, com mais de 224 vítimas mortais oficiais, obrigou-nos a deslocar o foco da análise.

Estes são os focos nos quais nos concentrámos. No entanto, sempre estivemos conscientes de que a interação de acontecimentos desastrosos associados às alterações climáticas e a amplitude das reflexões que suscitam entre os jovens aconselhavam a manter abertura a outras interpelações e mensagens que pudessem emergir dos debates e das ações desenvolvidas.

IV. Metodologia e principais alavancas do estudo

Esses focos mais precisos deveriam dispor de instrumentos que permitissem conhecer as análises de líderes juvenis nos diversos campos em que se manifesta a degradação social provocada pelas alterações climáticas e, também, captar os sentimentos e posicionamentos da juventude perante questões que abrangessem os mais variados aspetos das crises ambientais e as alternativas para as superar. A presença do que é mais especificamente local deveria ser abordada em eventos concretos, de modo a permitir um maior aprofundamento.

Esses instrumentos constituíram as alavancas efetivas do estudo, concretizadas em três tipos de ações:

a) **Um DEBATE ONLINE**, no qual jovens pertencentes a diferentes áreas expuseram livremente e em profundidade as suas opiniões sobre os aspetos centrais selecionados. Se se pretendia avaliar a capacidade de liderança da juventude, era essencial conhecer as análises daqueles que já atuavam como líderes em diferentes campos. O debate escrito promovido pela Fundación Espacio Público [no seu sítio web](#) permitiu difundir e dar voz à juventude sobre a transição energética e as alterações climáticas.

Para esta alavanca foram selecionados e contactados 15 ativistas com conhecimentos suficientes para expor problemas e oferecer alternativas nos seus respetivos contextos, ao mesmo tempo que contribuíam com a experiência adquirida em lutas ambientais em territórios diversos. Os principais temas abordados foram o dumping externo como fator-chave da degradação ecossocial; a desigualdade territorial e a necessidade de recuperar o mundo rural; o conflito pelos recursos e a transformação da água de bem comum em mercadoria; a soberania alimentar e a cidade sustentável; e o cooperativismo como exemplo de sustentabilidade.

As suas contribuições foram essenciais para a elaboração das conclusões deste estudo.

Uma SONDAGEM, com o objetivo de captar uma amostra representativa da juventude mais consciente e apresentar-lhe um conjunto de questões sobre todos os aspetos do estudo. A sondagem, difundida nas redes sociais, permitiu avaliar o conhecimento dos jovens sobre a transição ecológica, o seu impacto nas suas vidas e conhecer a sua opinião

sobre as soluções que estão a ser implementadas para este fenómeno e que estão a transformar os pilares fundamentais da sociedade atual.

Responderam 386 pessoas com perfis sociodemográficos diversos, tanto em termos de género como de contextos de origem, com um peso significativo do mundo rural e das pequenas cidades. O objetivo das perguntas foi abordar todos os conflitos da transição ambiental: a origem das alterações climáticas e as consequências nas suas vidas; preocupações e atitudes perante os seus desafios; o significado de ser ecologista; a avaliação do Pacto Ecológico Europeu; como imaginar a atividade agrícola do futuro; como enfrentar o envelhecimento e a despovoação rural; a ligação entre economia social e sustentabilidade; a água como fator crítico; a confiança perante a mudança tecnológica; as perspetivas atribuídas à economia circular; e, por fim, como ativar a consciência ecológica.

A inclusão de opções múltiplas proporcionou um amplo leque de respostas sobre as questões abordadas.

b) ATIVIDADES para tratar diretamente temas relevantes. Como já foi referido, a DANA de Valência, em que a solidariedade espontânea da juventude foi o motor que forneceu os primeiros apoios reais às pessoas afetadas, tornou-se o eixo central do trabalho.

O debate, realizado na Universidade La Florida, em Catarroja, uma das cidades mais afetadas pela DANA, foi transmitido em direto por streaming e centrou-se na necessidade de ultrapassar o conceito de reconstrução, uma vez que isso implicaria reproduzir os vícios espaciais que estiveram na origem das 237 vítimas mortais da DANA, para se focar na necessidade de transformar o modelo urbano existente.

Além disso, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Em Itália**, as entidades Generazione Zero e ReteRifai realizaram um evento online sobre o diálogo urbano-rural e as boas práticas sustentáveis e ambientais, intitulado *“Do campo à cidade – juventude, território e opções sustentáveis”*.
- **Em Portugal**, a entidade Arte-via realizou dois festivais literários internacionais: a sétima e a oitava edição do Festival Literário Internacional do Interior (FLII Palavras de Fogo), em homenagem às vítimas dos incêndios florestais. Trata-se

de um evento intermunicipal, daí o seu carácter inovador, que se realizou em municípios da região afetados pelos incêndios, com o objetivo de levar os livros e os escritores aos locais mais inusitados e imprevisíveis, como fábricas, campos, praias, igrejas, mercados, romarias e outros espaços onde as pessoas trabalham e convivem.

V. As barreiras que dificultam a participação

Quando se coloca o foco nos jovens como atores sociais, parece por vezes que dispõem de uma autonomia de que, em grande medida, carecem. Os jovens de hoje são filhos e netos de adultos de quem dependem em larga escala; fazem parte de uma sociedade submetida a múltiplas tensões e com um horizonte carregado de incertezas que adia no tempo a sua emancipação e a possibilidade de um futuro estável.

O mito da “sociedade do conhecimento”, que os levava a acreditar que a formação conduziria a um trabalho digno, ruiu. A precariedade laboral e a impossibilidade de acesso à habitação são os problemas a que dedicam as suas principais energias, e a dificuldade em resolvê-los limita as suas perspetivas emocionais e vitais. Nesse contexto, é normal que os seus horizontes temporais se encurtem, medidos em anos ou até em meses, nos quais sobreviver se torna a tarefa principal. O curto-prazo, incentivado pelas redes sociais, o consumo imediato do lazer e a intercomunicação pessoal afastam-nos e distraem-nos de objetivos longínquos.

Este panorama não tem necessariamente de obscurecer a sua consciência sobre a importância dos efeitos das alterações climáticas, mas limita as suas energias organizativas para enfrentar as suas consequências. No inquérito realizado neste projeto, são esmagadoras as respostas sobre o modo como isso afetará as suas vidas. 92% dos participantes referem a proliferação de secas e inundações como a principal manifestação; 76% mencionam os seus efeitos sobre a agricultura e os alimentos; e 34% consideram que trará consigo pandemias globais. 41% acreditam que, no final, afetará toda a sua vida. Pode, assim, afirmar-se que **a consciência ambiental convive com as dificuldades de emancipação e acentua a precariedade das suas vidas**. Embora as manifestações da degradação do planeta se acelerem, os prazos considerados são sempre longínquos face ao seu horizonte imediato.

Deste modo, pode concluir-se que a principal barreira à participação na luta ambiental decorre de uma questão de prioridades. A necessidade imediata de construir um futuro enquanto adultos e garantir a sua subsistência é o seu objetivo primordial.

A segunda barreira identificada à participação é **a dimensão global da crise ambiental, na medida em que se torna avassaladora quando tomam consciência de que não podem ser determinantes a curto prazo**. A existência de atores supranacionais que dominam, por um lado, os fatores essenciais da produção alimentar (energia, sementes, fertilizantes, tratamentos) e, por outro, os canais de distribuição, afasta-os, enquanto cidadãos, dos centros de decisão. A percepção dominante é a de que a ação social pode combater os efeitos em cada território, mas não é suficiente para derrubar os atores supranacionais que os provocam. O dumping ecológico e social — isto é, a transferência, por parte de grandes corporações, das suas atividades para territórios com legislação mais permissiva em matéria de impactos ambientais e direitos sociais — é outra expressão dessa contradição entre causas globais e efeitos locais. A tarefa é complexa e de longo prazo, exigindo paciência e energias convergentes e persistentes.

Isto confere uma nova dimensão sistémica e política ao debate ambiental e aponta para a necessidade de mudanças radicais na lógica do próprio modelo capitalista, uma tarefa muito mais difícil de alcançar.

A terceira barreira à participação decorre, sem dúvida, da **perceção de distanciamento das instituições que decidem sobre o futuro**, o que dificulta a colaboração e impede um diálogo frutífero. Esta realidade estende-se aos governos regionais e locais. 69% dos inquiridos concordam ou concordam plenamente que “os governos não fazem nada para resolver o problema”. Isso leva a que, segundo o nosso inquérito, 48% considerem que a juventude se mostra desanimada e cética quanto às soluções. Tal provoca a predisposição para procurar saídas de vida fora dos canais habituais: 40% assumem a necessidade de procurar modos de vida alternativos.

A quarta barreira relaciona-se com um certo **desencanto relativamente à forma como está a ser desenvolvida a transição energética e promovidas as energias renováveis**, desencanto que também se estende aos efeitos da revolução tecnológica na vida das pessoas. Os territórios colonizados foram historicamente considerados fontes de recursos e depósitos de resíduos do desenvolvimento industrial dos países enriquecidos, e essa lógica transfere-se agora para a transição ambiental.

Embora os ecologistas tenham sido precursores na implementação das energias renováveis, cresce a percepção de que a sua implantação acelerada está a ser usada como

pretexto para impor um ecofascismo com ramificações globais, que incentiva um novo neocolonialismo extrativista obcecado pelo controlo de territórios com jazidas de terras raras.

Estas mudanças estão a impulsionar estratégias ambientais defensivas, que desconfiam e confrontam a instalação de macroparques solares e eólicos em terras férteis. Surge uma nova perspetiva que coloca a defesa do mundo rural no centro do sistema sociológico que sustenta a vida urbana: os alimentos, a água, a energia e o equilíbrio climático dependem da saúde dos ecossistemas rurais.

Por fim, **as novas lógicas de poder que acentuam a lei do mais forte e o recurso à imposição e à guerra como forma de enfrentar os conflitos afetam profundamente o movimento ecologista**, obrigando-o a alargar os seus focos ao pacifismo. Tudo está em revisão.



VI. Vias para o empoderamento da juventude

A identificação das barreiras descritas constitui também uma oportunidade para que os jovens ecologistas amadureçam os seus objetivos e reformulem as suas estratégias de participação. As profundas transformações que o mundo atravessa obrigam todos os movimentos sociais a redefinir os seus posicionamentos.

Aperfeiçoar as análises, redefinir os objetivos e alargar a convergência entre movimentos é essencial para se ajustar à realidade concreta das transições demográficas e ambientais.

A gestão do território e a nova geografia económica, que atualiza e evidencia as relações centro–periferia — com as megacidades a pilotarem o sistema económico e os territórios despovoados a pagarem o preço dos desequilíbrios — são perspetivas indispensáveis para a análise das desigualdades atuais.

As megacidades são centros extrativistas que monopolizam o investimento, as infraestruturas tecnológicas e drenam o talento das periferias e das cidades médias. Representam um neocolonialismo extrativista enquanto modelo insustentável, tanto para os seres humanos como para o conjunto do planeta.

O urbanismo, a gestão de resíduos, os ciclos da água, as inundações e o abandono das áreas florestais são problemas ligados à gestão do território. A água deixou de ser um bem comum vital para se tornar objeto de disputa entre interesses conflitantes do litoral e do interior dos Estados, onde convergem elevadas exigências agrícolas, urbanas e turísticas.

Estabelecer uma nova dialética rural–urbana é essencial para tomar consciência das causas da desigualdade territorial efetivamente existente a todos os níveis. Face à tendência histórica de encarar o mundo rural como um território meramente fornecedor de recursos, é fundamental reconhecê-lo como fonte de equilíbrio social e de biodiversidade, sem a qual é impossível avançar para modelos de vida mais sustentáveis. Os alimentos, a água, a energia e o equilíbrio climático dependem da saúde dos ecossistemas rurais. A nova ruralidade pode afirmar-se como o eixo estruturante de uma transformação ecossocial.

As catástrofes são cada vez mais frequentes e inevitáveis. Contudo, constituem também uma oportunidade para colocar o foco informativo nas suas causas e promover soluções viáveis e adequadas a cada contexto. Politizar as crises — não num sentido partidário, mas como oportunidade para denunciar irregularidades, fiscalizar as instituições e influenciar os assuntos públicos — é essencial. Do mesmo modo, a sua judicialização permite que más decisões tenham consequências, enviando um sinal claro a arquitetos, empresários, políticos e gestores do setor público.



Conclusões

Tanto a Fundación Espacio Público como as entidades parceiras partilham a convicção de que todos os objetivos do projeto foram plenamente alcançados.

Foram analisadas as causas que dificultam a participação dos jovens face às alterações climáticas e recolhidas, de forma suficiente, as perceções de instituições, organizações e dos próprios jovens. Tanto os focos em que se centraram as análises como os instrumentos utilizados permitiram aprofundar, simultaneamente, as opiniões de ativistas e líderes de organizações existentes e as de uma amostra de jovens suficientemente representativa do conjunto.

Durante o período de desenvolvimento do projeto, a realidade ambiental revelou-se particularmente dura, com inundações dramáticas e uma nova vaga de incêndios de grande intensidade que devastaram milhões de hectares em Espanha, Portugal e Itália. As mudanças nas lógicas do poder global sofreram uma transformação radical com a chegada de Trump à presidência dos Estados Unidos: a lei do mais forte impôs-se às lógicas multilaterais, e as guerras na Ucrânia e o genocídio em Gaza impulsionaram a indústria armamentista, desfiguraram a cooperação internacional e relegaram a transição ecológica — que tinha adquirido um papel hegemónico na União Europeia e nas políticas da administração dos EUA liderada pelo presidente Biden — para um plano secundário, quando não irrelevante.

Em paralelo, emergiram profundas mudanças ideológicas que impulsionam o ressurgimento de padrões negacionistas relativamente às alterações climáticas, exercendo uma influência crescente sobre um número cada vez maior de jovens, principalmente homens.

Esta realidade complexa, aliada à persistente precariedade que obscurece o futuro da juventude, acentuou as barreiras à participação e evidenciou que, apesar da dureza das manifestações das alterações climáticas, são necessários novos impulsos, novas estratégias pedagógicas e novas formas de liderança.

Das análises realizadas pelos participantes nos debates extraíram-se as linhas mestras das novas necessidades organizativas e das ideias que lhes dão suporte.

Para as entidades promotoras do projeto, a colaboração estabelecida foi extremamente enriquecedora em todos os sentidos. Representou uma oportunidade única para maximizar o trabalho em rede e o valor das sinergias proporcionadas pelos projetos europeus.

Notas

[1] Ver Eurostat: <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/dashboard/environmental-accounts/>

[2] Ver INE – Instituto Nacional de Estadística:
<https://www.ine.es/dyngs/Prensa/es/CBYSA2023.htm>

[3] Carolina Skarupa, analista ambiental:
<https://www.manglai.io/blog/comparativa-impuestos-verdes-europa>

[4] Ver MITECO:
<https://www.miteco.gob.es/es/cambio-climatico/temas/educacion-formacion-sensibilizacion-del-publico/acciones-de-divulgacion-y-sensibilizacion.html>

[5] Ver Registo Nacional de Associações:
<https://www.interior.gob.es/opencms/es/servicios-al-ciudadano/tramites-y-gestiones/asociaciones/consulta-del-fichero-de-denominaciones/>

[6] Ver registros da CARM:
[https://www.carm.es/web/pagina?IDCONTENIDO=234&IDTIPO=140&RASTRO=c52\\$m](https://www.carm.es/web/pagina?IDCONTENIDO=234&IDTIPO=140&RASTRO=c52$m)

[7] RUNTS – Registo Nacional do Terceiro Setor (Serviços):
<https://servizi.lavoro.gov.it/runts/it-it/>

Bibliografía

- Actitudes y percepción del Medio Ambiente en la juventud española. VVAA. (Editorial Ministerio de Medio Ambiente, 2005)
- El mapa de la crisis medioambiental en España. Antonio Cerillo (coord). (Icaria editorial, 2024)
- Del campo a la ciudad. Julio de la Cruz Blazquez. (Editorial Punto Rojo, 2022)
- Agua, energía y medio ambiente. Joaquín Melgarejo Moreno (coord). (Universidad de Alicante, 2022)
- Emergencia climática. Escenarios del calentamiento en España. Antonio Cerillo. (Ed Libros de Vanguardia, 2020)
- Emergencia climática, alimentación y vida saludable. Carlos González Svatetz. (Icaria Editorial, 2021)